

# **“IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO: O DISCURSO ANTIGÊNERO COMO AGENDA DA INTERVENÇÃO CONSERVADORA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO<sup>1</sup>**

**Denise dos Santos Ramos<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

No Brasil, as primeiras décadas do século XXI foram marcadas pelo recrudescimento do discurso conservador em relação aos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI+. Diante da conquista de direitos sexuais e reprodutivos, movimentos reacionários criaram pânico moral com o termo “ideologia de gênero” para ganhar a opinião pública e as mídias. Em paralelo, o Projeto Escola sem Partido – PESP fortaleceu esse discurso antigênero e ganhou destaque, visando impedir o debate sobre a educação para diversidade e educação sexual nas escolas. Um discurso controverso, que apela para conservação da família heteropatriarcal e impedimento de outras formas de existir no mundo.

**Palavras-chave:** Identidade de gênero na Educação - Brasil. Projeto Escola Sem Partido.

## **ABSTRACT**

In Brazil, the first decades of the 21st century were marked by the resurgence of conservative discourse in relation to the advances of feminist and LGBTQI+ movements. Faced with the conquest of sexual and reproductive rights, reactionary movements created moral panic with the term "gender ideology" to win public opinion and the media. debate on education for diversity and sex education in schools: A controversial discourse, which calls for the conservation of the heteropatriarchal family and the impediment of other ways of existing in the world.

**Keywords:** Gender identity in Education - Brazil. School Without Party Project.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Zelinda dos Santos Barros.

<sup>2</sup> Bacharela em Humanidades e Licencianda em Ciências Sociais pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

A escola é um importante espaço para a construção social das identidades, por isso, falar sobre educação de gênero é também falar sobre desconstrução de um poder que há séculos submete, principalmente, mulheres e pessoas LGBTQI+<sup>3</sup>, a condições desumanas e desiguais na história da sociedade: o poder patriarcal. É nesta arena da disputa de poder que grupos conservadores e do parlamento brasileiro avançaram em debates em todas as áreas da sociedade, inclusive na educação, e encontraram estratégias para umas das disputas ideológicas mais eficientes, utilizando o discurso orientado para ações da política da extrema-direita que levou novamente ao poder máximo do país, um militar reformado do Exército, o então presidente Jair Messias Bolsonaro<sup>4</sup>.

Em meio às disputas eleitorais que elegeu a primeira mulher presidenta do país, Dilma Rousseff<sup>5</sup> nos deparamos com o congresso ultraconservador, em que deputados racistas, homofóbicos e contra o aborto estavam entre os mais votados<sup>6</sup>. Como enfatiza Biroli (2010), iniciativas conservadoras tendem a aparecer quando segmentos sociais minoritários desafiam a ordem estabelecida. Não obstante, a primeira mulher eleita no país não significou grandes avanços para as mulheres brasileiras ou para pessoas LGBTQI+.

Neste cenário, com o aumento de congressistas ultraconservadores, a Frente Parlamentar Evangélica se fortaleceu em aliança com outros setores que passaram a atuar no congresso. Este novo grupo foi identificado como neoconservadores, que são “tipos de coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores [...] visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista” (BIROLI, 2020, p. 25). Entre os muitos discursos desta coalizão utilizados como estratégia, o termo “ideologia de gênero” é referenciado como um mal “que quer apagar todas as diferenças entre homem e mulher” e fazer com que “jovens e crianças entrem em uma crise de identidade” (FERRARI, 2017, p.80). O termo erigiu no cenário político e social, e serviu como bandeira para questionar políticas públicas de educação sexual e igualdade de gênero, fomentadas e em curso pelo governo. Pautas como legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo gênero, adoção parental por famílias homoafetivas e

---

<sup>3</sup> Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras.

<sup>4</sup> Eleito em outubro de 2018, pela Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB). Ver mais em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente> Acesso em Jul. 2022

<sup>5</sup> Primeira mulher a se tornar presidenta da República do Brasil em 2010, reeleita em 2014 e sofre impeachment em maio de 2016. Ver mais em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>. Acesso em Jul. 2022

<sup>6</sup> Ver mais em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/08/politica/1412729853\\_844912.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/08/politica/1412729853_844912.html) Acesso em Jul. 2022.

educação sexual e de gênero foram despolitizadas e passaram a compor um debate no campo moral e religioso.

Na segunda década do século XXI, discussões em torno do Plano Nacional de Educação, questionavam a influência da suposta “ideologia de gênero” no projeto, estes questionamentos ganharam efervescência e se fortaleceram com a atuação do Programa Escola Sem Partido – PESP –, que criou projetos de lei – PL – que tinham como objetivo, entre outros, “combater a ‘ideologia de gênero’ nas escolas, defender uma educação ‘neutra’ e o direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos”<sup>7</sup>.

É importante salientar que Programa, Projeto ou Movimento escola sem partido dizem respeito a um mesmo conjunto de ações, que vão se dividir para ações diferentes, mas com propostas similares. “Programa” é o nome inicial (que posteriormente passará a ser chamado de associação) de um conjunto de propostas para educação escolar. “Projeto” refere-se aos Projetos de Lei com propostas do programa que seriam apresentados nas câmaras municipais, assembleias legislativas e na câmara dos deputados. Já “movimento” refere-se ao movimento de estudantes que, inclusive, em 2016, em consonância com o Movimento Brasil Livre, lança o “Movimento Desocupa” em reação às ocupações que ocorrem nas escolas naquele momento em todo o país.<sup>8</sup>

Nesse sentido, o presente artigo busca averiguar, a partir de artigos publicados em jornais e revistas, em literaturas específicas e entrevistas como a ordem patriarcal de gênero fortalece a agenda das frentes conservadoras no campo da educação, por meio do Projeto Escola sem Partido.

Apresentamos conceitos e debates importantes, que fazem parte do repertório da agenda feminista e do movimento LGBTQI+ para discutir o conservadorismo e suas demandas atuais. Analisam-se as demandas provenientes do sistema patriarcal, ainda em curso, e que confluem com a agenda neoconservadora e a reconfiguração das pautas para igualdade de gênero, a partir do discurso sobre “ideologia de gênero” no projeto Escola sem Partido.

---

<sup>7</sup> Ver mais em: <http://escolasempartido.org/anteprojecto-lei-federal/> Acesso em Jul. 2022.

<sup>8</sup> Ver mais em <https://revistas.ufpr.br/sclplr>. file:///C:/Users/denis/Downloads/71450-281070-1-SM.pdf/ Acesso em Jul. 2022.

## **2 PATRIARCADO, GÊNERO E CONSERVADORISMO DE GÊNERO: UMA DISPUTA DE PODER**

O discurso da "ideologia de gênero", a atuação do projeto Escola sem Partido e as ações proveniente delas, representam a materialização daquilo que patriarcado como conceito e estrutura engendrou no imaginário da sociedade. Através das discussões de gênero, poder, e conservadorismos faremos uma breve discussão de como o patriarcado subsiste e se aperfeiçoa nos dias de hoje, esbarrando, inclusive nos debates de educação. Não se pretende aqui, esgotar as diversas acepções desses conceitos em distintos contextos históricos, mas, elaborar um sucinto relato de como foram utilizados e incorporados nos discursos e nas ações políticas na primeira década do século XXI.

A invasão e domínio do território brasileiro pelos homens portugueses, que se deu na colonização, estabeleceram aqui uma ordem patriarcal, a partir do século XV. Tal domínio não se realizou apenas pela tomada de terras, mas, cumpriu-se pela aculturação e evangelização dos povos indígenas, bem como, de povos africanos que, posteriormente, aqui seriam escravizados.

Segundo FERNANDES (2018), antes do século XIX, o termo patriarcado ainda não estava ligado a um sentido global de organização social. Este conceito remete à vida doméstica e econômica (na autoridade do pai e do marido) e aos preceitos morais da Igreja, tendo como exemplo os textos bíblicos ou autores sagrados, em que homens são os grandes patriarcas, os primeiros líderes da família e das organizações familiares.

A sociedade escravocrata brasileira, fruto da expansão da Europa ocidental através da colonização do continente americano, foi erguida a partir da "família patriarcal", na qual a vida, tanto doméstica como a estrutura econômica, se organizavam com profundas adunações. Tal família continha em sua estrutura, segundo FERNANDES (2018, p. 32):

O próprio modelo da sociedade inclusiva, que ela representava como um pequeno mundo autônomo e completo. Os seus três núcleos fundamentais (o núcleo legal, o núcleo de dependentes e o núcleo de escravos) continham todas as situações sociais possíveis na sociedade escravocrata brasileira e ofereciam todos os estímulos que alimentavam os ideais de vida da camada senhorial, suas pretensões de direito absoluto, suas aspirações de nobreza e sua ética social, que abrangia uma vasta gama de diferenciação dos homens e do seu destino social.

Com fundamental importância, a sinergia com a Igreja Católica, baseada na defesa de interesses econômicos, políticos e militares, fundar-se-ia, entre outras coisas, uma sociedade cristã, onde os papéis de gênero seriam impostos a partir de suas formações biológicas e da "vontade divina". Tais identidades se construíram a partir da oposição entre homem e mulher,

em papéis sociais distintos, intencionalmente conduzidos: a mulher para o espaço privado e o homem para o espaço público. Neste sentido, cabe aqui a afirmação de Carole Pateman (1993) de que a gênese da família patriarcal é sinônimo da vida social e tanto a origem do patriarcado quanto da sociedade são tratadas como sendo o mesmo processo.

A instituição da diferença entre homem e mulher e seus papéis sociais se confundem e se cruzam nessas duas estruturas sexistas, em que os arranjos de poder são desiguais, ocasionando desvantagem às mulheres: o sistema patriarcal e a igreja católica, ambos com finalidades similares e complementares. A organização atual da sociedade, embora as mulheres tenham conquistado alguns direitos a partir das lutas feministas, está assentada no modelo ou na ordem patriarcal. As alianças e engrenagens do patriarcado continuam operando para que a supremacia masculina se mantenha.

As engrenagens do sistema patriarcal funcionam a partir das relações estabelecidas, das hierarquias e estruturas de poder que se disseminam por toda a sociedade, instituindo uma dinâmica social inculcada no imaginário de homens e mulheres. Portanto, tal estrutura de poder apoia-se em valores, mas, também, na violência. Para Heleieth Saffioti (2004), o patriarcado sobrevive além da manutenção da solidariedade entre os homens, independente da figura humana singular investida de poder (o homem) e, neste sentido, as mulheres colaboram para alimentar o patriarcado.

Nitidamente, podemos perceber essa engrenagem girando nos dias de hoje na matéria exibida pela revista *Veja*<sup>9</sup> (2016), que definia a próxima primeira-dama como “bela, recatada e do lar”. No decorrer da entrevista, alguns trechos declaram Marcela Temer como “uma mulher de sorte, 43 anos mais jovem que o marido, educadíssima, gosto por vestido até os joelhos, dama do lar” e, ainda, que sua mãe foi sua acompanhante, quando ainda adolescente, em seu primeiro encontro com o futuro marido, o ex-presidente Michel Temer. As expressões expostas nessa entrevista aponta, ainda em 2016 como o patriarcado, embora enfraquecido por algumas conquistas femininas, se mantém, não só com a manutenção de valores, mas também na manutenção ideológica, da ordem e da disciplina das mulheres, bem como na imposição, que submete as próprias mulheres da tarefa de educar, dando continuidade a esse sistema através da reprodução condutas, empreendidas como modelo a ser seguido.

O patriarcalismo ou o patriarcado possui vastas linhas interpretativas heterogêneas na literatura feminista, que vem mudando de sentido no decorrer dos séculos, de acordo com as mudanças históricas que ocorrem na sociedade. Algumas dessas linhas interpretativas buscam

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> Acesso em Jul. 2022.

explicar a condição das mulheres e a égide da dominação masculina exercida sobre elas e, como este processo foi um formador de comportamentos sociais, se constituindo como um sistema a ser combatido por quem busca a equidade de gênero. Neste sentido, patriarcado pode ser compreendido aqui como uma “organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais” (SAFFIOTI, 1992, p. 194).

O sistema patriarcal, ou patriarcado, começa a ser questionado a partir da Revolução Francesa no século XVIII, gérmen da primeira onda feminista. No Brasil, a primeira onda ocorreu a partir do século XIX, com reivindicações pelo direito de votar e ser votada, pelo direito à escola e ao ensino superior, pelo direito ao divórcio legal, entre outros.

Embora as instituições patriarcais tenham passado por transformações em consequência das lutas do movimento feminista, a dominação masculina ainda permanece viva como um sistema que direciona as agendas públicas ou privadas, coletivas ou individuais.

A Igreja foi uma das instituições que contribuíram para a exploração das mulheres e o privilégio dos homens, assim como também orientou e estruturou a cultura, as relações e o imaginário social. A parceria entre Estado e Igreja instituiu normas dentro das instituições sociais que foram tomadas como princípio para a convivência em sociedade. No início do século XX, as mulheres performavam sua imagem em referência à Igreja Católica: a mulher do lar, dedicada à maternidade, à caridade, à religião e à disposição do marido. A família era condição imprescindível para aceitação da sociedade e elevação do nível social, no qual, ser mãe e esposa era a principal tarefa da mulher nessa estrutura.

O casamento cristão era um símbolo social importante para classificar aquelas com virtude e dignas de respeito. Neste sentido, Amaral (2008), afirma que somente era reconhecido o estatuto social da mulher casada e mãe, além de ser definida uma série de características que a mulher deveria cumprir: “a esposa cristã sabe perdoar, suavizar as mágoas, consolar, trabalhar. Mãe, em gotas de amor transmita a seus filhos, a respeitarem seus pais, respeitando a velhice, os mestres, e os superiores” (AMARAL, 2008, p. 91).

Podemos denotar, diante disso, que não só as mulheres, mas, toda sociedade compartilhava um conjunto de signos, em que a obediência aos valores morais cristãos eram a base para a vida social. Quem não se encaixava em tais preceitos morais, carregava sobre si estigmas e preconceitos e eram marginalizadas do convívio social comum.

A educação das mulheres também era um objeto importante para manutenção dessa tradição social, por isso, havia “a presença de várias instituições voltadas para a educação feminina [...] que ofereciam cursos que instrumentalizam as mulheres para se aperfeiçoar em trabalhos ligados ao lar” (AMARAL, 2008, p.91) e a mantinham distantes da vida pública.

No período pós-ditadura de 1964, com a redemocratização, novos grupos cristãos, os evangélicos de origem pentecostal se fizeram representar efetivamente na esfera política<sup>10</sup>. A igreja evangélica se consolidou como parte do movimento conservador e, também, passou a ocupar importante espaço nos debates com o foco na mobilização e “salvação” da conduta moral. Segundo o IBGE, nos anos de 2010, a população que se declarava evangélica no Brasil era de 22,2 % dos brasileiros e fortalecia a agenda conservadora cristã com a ratificação da ordem patriarcal de gênero.

Esse novo conservadorismo, formado a partir de propósitos semelhantes entre a Igreja Católica e evangélica, consolidou-se como um modelo de governar e regular a vida cidadã. Com a aliança formada entre parlamentares conservadores, essa comunidade cristã passa a ser representada no Congresso Nacional pela “Frente Parlamentar Evangélica”, ou Bancada Evangélica, com 74 deputados eleitos em 2014<sup>11</sup>. O neoconservadorismo, como passou a ser chamado a partir da metade do século XX, busca dar conta de analisar os tipos de coalizões políticas entre “diferentes atores para a manutenção da ordem patriarcal e sistema capitalista [...] a partir de sua afinidade com políticas neoliberais na forma da ‘teologia da prosperidade’” (BIROLI, 2020, p.25).

Além de católicos e evangélicos, os neoconservadores também são formados por latifundiários, empresários, militares e grupos distintos da sociedade civil que se identificavam com as mesmas demandas. A agenda do movimento neoconservador se caracteriza por sua “forte regulação da moralidade sexual” (BIROLI, 2020, p.25) e suas demandas são uma reação às conquistas dos movimentos feministas e LGBTQI+, como “extinção da permissão do aborto, união homoafetiva e adoção de crianças por casais do mesmo sexo” (*Idem*, p.27).

É importante destacar que, em relação à homossexualidade, a Igreja Católica sustenta que “os homossexuais devem ser acolhidos com paixão e delicadeza” (*Idem*, p.29), enquanto que nas igrejas evangélicas neoconservadoras existe uma reprovação da homossexualidade, na qual, “grupos pentecostais adotam práticas de exorcismos, acompanhamento espiritual e terapias cristãs” (*Idem*, p.29) para explicar essa “sexualidade irregular” com vistas a combatê-la. De qualquer modo, há aqui interesse entre os grupos mencionados na manutenção de valores morais e condutas sociais que dizem respeito a uma cultura tradicional, porém, com novas demandas, fundamentadas no sexismo e no machismo - termos precedentes que “restou” nessa sociedade da estrutura patriarcal - e também na LGBTfobia.

---

<sup>10</sup> OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., 2018, p.494

<sup>11</sup> *Idem*, p.496.

É importante salientar como, no campo das disputas em relação à manutenção de culturas tradicionais, o termo “gênero” se tornou inimigo do neoconservadorismo. No ano de 2010, a Câmara dos Deputados travou discussões em torno do termo gênero para impedir que ele estivesse presente no Plano Nacional de Educação - PNE. Além disso, no Governo Bolsonaro, o termo também foi excluído de pastas do governo e dos documentos oficiais<sup>12</sup>.

Como categoria de análise, gênero é fundamental para nos ajudar compreender as bases estruturais de dominação e subordinação, que também está conectada à sexualidade “constituída nos termos do discurso e do poder, sendo o poder em parte entendido em termos das convenções culturais heterossexuais” (BUTLER, 2017, p. 65). O poder neoconservador, que se impõe como valor moral da sociedade, também é heterossexual e, nesta ordem, busca intervir nas relações entre homem e mulher em defesa da heteronormatividade.

As concepções binárias dos papéis sociais da mulher, do homem e a concepção de uma heterossexualidade presumida, torna o gênero um “fator crítico na estruturação dos tipos de oportunidade e das hipóteses de vida que os indivíduos enfrentam, influenciando fortemente os papéis que desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado” (GIDDENS, 2008, p. 114).

Neste contexto, ao observarmos a declaração da ministra Damares Alves<sup>13</sup>, em que ela enfatiza que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”<sup>14</sup>, identificamos uma sociedade conservadora, com “práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (BUTLER, 2017, p. 44), onde seus símbolos culturais, suas concepções regulamentadoras e instituições sociais excluem a possibilidade de agência ou transformação numa sociedade onde caibam todas as pessoas.

### **3 O DISCURSO ACERCA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E O FORTALECIMENTO DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO**

Falar de gênero é falar de poder, é falar de saberes que vão se constituindo ao longo da história. Do poder de criar preceitos e imposições, de representar e ser representada/o ou simplesmente de gozar como cidadã/ão, de direitos já garantidos por lei. Sendo gênero e

---

<sup>12</sup> Ver mais em: (BIROLI, 2020).

<sup>13</sup> Damares Cristina Alves é pastora evangélica e foi ministra da família, mulher e dos Direitos Humanos de janeiro de 2019 até março de 2022. Ver mais em: <https://tudo-sobre.estadao.com.br/damares-alves>. Acesso em Jul. 2022.

<sup>14</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> Acesso em Jul. 2022.



sexualidade debates potentes, que definem oportunidades e organizam a sociedade e as estruturas sociais, os neoconservadores criaram um campo de disputas em torno do que chamaram de “ideologia de gênero” ou, simplesmente, apontando o desarranjo da vida social e familiar via suposta “neutralidade de gênero”.

O termo "ideologia de gênero" associa-se aos debates sobre saúde reprodutiva das mulheres, educação sexual e reconhecimento de identidades não-normativas. Cabe destacar a publicação do livro “Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família”, de Jorge Scala, que classificou as teorias desenvolvidas sobre gênero como “a ideologia mais radical da história [...] que, se imposta, destruiria o ser humano [...] e acabaria com a sociedade” e como uma sutil “propaganda para mudar as mentes e os corações dos homens” (2011, p.11).

O termo “ideologia de gênero”, antes de chegar ao Brasil, foi utilizado como uma investida da Igreja Católica contra a agenda feminista, que, nas décadas passadas conquistaram, através de luta, direitos que garantiram certa liberdade reprodutiva, sexual e social das mulheres, as quais, podemos citar o direito ao divórcio, ao voto, à escolarização e a ocupar cargos públicos, direito à contracepção, entre outros. A Igreja Católica lutava contra uma “ideologia de gênero” acreditando que, “cada um pode escolher sua orientação sexual” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 727).

Na década de 1990, a Igreja Católica sentiu-se ameaçada e reagiu à Conferência Mundial de Beijing sobre mulheres, realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU –, e se manifestou, através do texto do Cardeal Joseph Aloisius Ratzinger (Papa Bento XVI), contra proposta para igualdade de gênero. Essa organização conservadora identificava nas pautas feministas, ofensas às suas doutrinas e apontava o movimento como um inimigo a ser combatido.

A Igreja Católica, na recusa à ampla discussão do conceito de gênero e sexualidade, avançou na defesa de papéis tradicionais das mulheres e da maternidade como elemento chave da identidade feminina, da família heterossexual como natural e divina, e o que parecia apenas um discurso, mais à frente se tornaria um dos preceitos para ação política estratégica e coordenada.

Na década de 2010, com o avançar das conquistas pela igualdade de gênero, a reação contra a suposta “ideologia de gênero” chega ao Brasil ganhando o debate público através das redes sociais, principalmente, através de pastores com grande número de seguidores, canais de televisão de igrejas evangélicas, nas próprias igrejas e, conseqüentemente, nas comunidades. A agenda contra a “ideologia de gênero” formou uma aliança no país pela “manutenção da moral” e contou com católicos, evangélicos e outros agentes da sociedade civil.

Políticas públicas como o Programa de Combate a Violência e à Discriminação contra a População e Promoção da Cidadania Homossexual, a criminalização da homofobia, o Plano Nacional de Direitos Humanos, o Programa Escola sem Homofobia - apelidado pelos neoconservadores como “kit-gay”, o reconhecimento, pelo Superior Tribunal Federal – STF - da união de pessoas do mesmo sexo e, mais à frente, o reconhecimento do direito a adoção de crianças por casais homossexuais, desafiaram a ordem estabelecida e apresentaram-se como uma ameaça aos ideais e a moral cristã. Cabe lembrar que, no bojo destas conquistas, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados elegeu o pastor neoconservador Marco Feliciano para presidi-la.

Em uma conjuntura extremamente conservadora, na qual, as mais diversas formas de intolerância de classe, gênero e raça se manifestaram, o termo “ideologia de gênero” se difundiu e se tornou uma estratégia política eficaz. Em 2011, o Plano Nacional de Educação - PNE (plano que gere o ensino pelo prazo de dez anos) se tornou alvo de ataque à “ideologia de gênero” promovido pelos neoconservadores, que bombardearam a sociedade com assuntos distorcidos, criando um verdadeiro “pânico moral<sup>15</sup>”. O PNE apresentado pelo Poder Executivo, tendo como chefe do poder a Presidenta Dilma Rousseff, enunciava no art. 2º “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Esse trecho mobilizou uma forte aliança parlamentar entre católicos e evangélicos, bispos, sacerdotes, pastores e fiéis (BIROLI, 2020, p.94) contra o que supostamente seria entendido como “ideologia de gênero” nas escolas.

Neste cenário, confluindo com a agenda da “ideologia de gênero”, ganhou força no debate público o Projeto Escola sem Partido<sup>16</sup>, que se torna o principal propulsor da “ideologia de gênero” nas escolas. O movimento surge em 2004, fundado pelo advogado e procurador de São Paulo Miguel Nagib, inspirado em uma Organização Não Governamental, sediada nos Estados Unidos da América, que tentou criar uma plataforma de denúncias *online* contra o que chamava de “professores doutrinadores” conhecido como *No Indoctrination*.

O programa se apresenta como uma proposta de lei — federal, estadual e municipal — que tem como objetivo a neutralidade da educação e a obrigatoriedade de fixação, em todas as salas de aula da educação básica, de um cartaz<sup>17</sup> como norteador da conduta do professor, bem como, o que deve ser abordado nos conteúdos programáticos. Para os defensores do Projeto Escola Sem Partido, professores estariam praticando doutrinação política e ideológica, ou seja,

<sup>15</sup> Pânico moral é uma retórica conservadora de uma sociedade sob ameaça (MISKOLCI e CAMPANA, 2017).

<sup>16</sup> Ver mais em: <http://escolasempartido.org/> Acesso em Jul. 2022.

<sup>17</sup> Ver mais em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/> Acesso em Jul. 2022.

a escola estaria usurpando e “confrontando a educação familiar e seus preceitos morais” (FERRARI, 2017, p. 84) e religiosos, abordando temas do âmbito privado. Logo, as aulas de orientação sexual se configurariam como “ideologia de gênero” que afrontava os princípios cristãos.

É importante trazer, nesse ponto, o destaque de FREIRE (1986) em que a educação não pode ser neutra, exatamente porque é uma prática social realizada por pessoas, que possuem interesses, crenças e diversas. Por isso, defende o autor, que a educação não é uma tarefa neutra, a educação é política. Em função disso, o Projeto Escola sem Partido já nasce desse lugar tendencioso, tomando o seu lado parcial nas frentes conservadoras na manutenção da ordem patriarcal que temos vivenciado historicamente.

O Projeto Escola Sem Partido “passou a ser voz frequente nos debates sobre educação no Brasil” (MIGUEL, 2016, p. 595) e a escola se tornou o principal cenário de disputa na cruzada contra a discussão das relações de gênero e sexualidade nos currículos escolares. Neoconservadores acreditavam que a abordagem de conteúdos sobre relações de gênero e sexualidade pelas escolas era nociva às crianças e aos jovens e, para endossar esse discurso deturpado sobre educação sexual, disseminavam a possibilidade desse debate nas escolas normalizar “práticas sexuais como a pedofilia, a zoofilia, o incesto, e a necrofilia” (FERRARI, 2017, p. 95).

Na minuta do Projeto de Lei do projeto Escola sem Partido, podemos destacar pontos que se configuram como combate à “ideologia de gênero”, conforme está escrito em seu Art. 2º: “O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”.

Ora, é perceptível a aliança das frentes conservadoras contra a agenda de gênero na educação. Se, por um lado, existe um congresso predominantemente conservador, por outro, parte da sociedade, com o Movimento Escola sem Partido, também partia do mesmo princípio moral. Não coincidentemente, o PNE sofreu modificações no Senado, sugeridas pelo pastor batista Magno Malta, e retornou à Câmara, sendo aprovado em 22 de abril de 2014, sem as referências de gênero e orientação sexual (BIROLI, 2020, p. 95), no mesmo momento em que projetos de lei como o Escola sem Partido foram parar no em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, o PL nº 7180/2014<sup>18</sup>, de autoria do deputado Erivelton Santana - PSC/BA, também chega ao Congresso Nacional.

---

<sup>18</sup> Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral,

Ao se abster dos debates relacionados a gênero e a sexualidade nas escolas, o Projeto Escola sem Partido contribuiria significativamente para a perpetuação das violências de gênero, do machismo, do sexismo e da LGBTfobia, debates fundamentais para a formação cidadã, principalmente em um dos países que ainda mais mata pessoas LGBTQI no mundo<sup>19</sup>, onde uma mulher é estuprada a cada quinze minutos<sup>20</sup> e uma mulher é morta por questão de gênero a cada 8 horas<sup>21</sup>.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – de 1996, a educação é um dever da família e do Estado, com vistas a promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência. Posto isso, a educação deve, além de fomentar, instituir práticas que possibilitem “a transformação do ser humano, alterando conceitos, valores, normas” (GENTLE, 2008, p.38) para existências não cristalizadas nos moldes conservadores. Afinal, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.31).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os debates expostos acima sobre patriarcado, conservadorismo, gênero e educação apontam para uma sociedade que ainda se mantém rígida em relação ao avanço de políticas que propiciem a liberdade das mulheres e das pessoas LGBTQI+, e contrária aos que questionam os papéis atribuídos, ao longo da história, para mulheres e homens.

O sinal de alerta que ignoramos, com a secundarização de pautas que dizem respeito ao direito das mulheres e de pessoas LGBTQI+, da primeira até a metade da segunda década do século XXI, culminou na eleição de Jair Messias Bolsonaro que, em seu governo, efetivou muitas de suas promessas de campanha sexista, machista e homofóbica. O investimento na perpetuação da hegemonia de uma heterossexualidade presumida pautou a inferiorização e invisibilização de outras formas de viver a sexualidade e de existir fora dos padrões da família

---

sexual e religiosa. Adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722> Acesso em Jul. 2022.

<sup>19</sup> De acordo com a ONG Transgender Europe. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo> Acesso em Jul. 2022.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/educacao-atual-entreteses/item/2590-um-estupro-a-cada-11-minutos> Acesso em Jul. 2022.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://admin.cut.org.br/system/uploads/ck/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf> Acesso em Jul. 2022.

heteropatriarcal, produzindo o doutrinamento que eles mesmos buscavam denunciar. Neste sentido, associado ao sociedade e, conseqüentemente, um congresso conservador, narrativas em torno da “ideologia de gênero”, “escola sem partido”, “kit gay”, “meninas vestem rosa, meninos vestem azul”, “a favor da família”, “Deus acima de tudo”, demonstraram que a estratégia da direita foi assertiva para a retomada do poder.

Nesse sentido, a busca pela igualdade de gênero jamais deverá ser dissociada da luta pela educação, pois, é a escola o lugar da socialização desde a primeira infância, onde aprendemos a conviver com iguais e diferentes e onde aprendemos a “agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo” (hooks, 2013, p.26). A feminista negra Djamila Ribeiro (2018), aponta-nos o caminho: “o ponto de partida para conectar politização e transformação da consciência (...) é (...) ler criticamente a experiência de opressão das mulheres”. Diante disso, o ponto de partida para construção de uma sociedade que inclua todas as pessoas é também o de ruptura com os padrões heteronormativos de relações de gênero e sexualidades, o que não deveria representar uma ameaça para grupos cristianizados diante da imensidade do mundo, da laicidade do Estado e livre arbítrio das pessoas.

Portanto, acredita-se que as lutas pela educação devem vir acompanhadas do questionamento à heteronormatividade, do rompimento de padrões, valores e conceitos morais que não preparem crianças e jovens para uma sociedade que é, embora um tanto conservadora, também caminha na contramão das ondas conservadoras, e é cada vez mais plural e diversa. Por isso, a educação deve apontar, antes de tudo, para a prática da liberdade de ser quem se é.

### Referências

AMARAL, Marivaldo Cruz do. (2008) Mulheres, imprensa e higienização: a medicalização do parto na Bahia (1910-1927). **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. p. 927-944.

BIROLI, Flavia. (2020) Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. 1º ed. São Paulo, Boitempo.

BUTLER, Judith. (2017) Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira. Tradução Renato Aguiar. 13º ed. Rio de Janeiro.

COLLINS, Patricia Hill. (2015) Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In\_\_\_ Reflexões e práticas de transformação feminista/ Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF. 96p. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp->

[content/uploads/2016/01/reflex%c3%b5esepaticasdetransforma%c3%a7%c3%a3ofeminista.pdf](#) Acesso em Jul. 2022.

FERNANDES, Florestan. O Brasil de Florestan / Belo Horizonte : Autêntica Editora ; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2018. -- 1. ed. -- (Pensadores do Brasil: Do Tempo da Ditadura ao Tempo da Democracia / organizador Antônio David)

FERRARI, Anderson & CASTRO, Roney Polato de. (2017) Diversidades sexuais e de gênero: desafios e potencialidades de um campo de pesquisas e conhecimento. Campinas/SP, Pontes Editores.

FERREIRA, Maria Cristina. (2004) Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. Temas em Psicologia da SBP - Universidade Gama Filho. Vol. 12, no 21, 119–126.

FERREIRA, Maria Cristina. (2004) Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 12, n. 2, p. 119-126, . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2004000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em Jul. 2022.

GIDDENS, Anthony. (2008) Sociologia. Tradução de Alexandra Figueiredo *et.al.* 6° ed. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. (2019) Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. Dossiê Religião e Luta por Direitos Relig. soc. 39 May-Aug. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap07> Acesso em: Jul. 2022.

HIRATA, Helena *et. al.* (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.).

HOOKS, bell. (2013) Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes.

MIGUEL, Luis Felipe. (2016) Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Revista Direito e Práxis. v. 7, n. 3, p. 590-621, set. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163/18213>>. Acesso em: Jul. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. (2018) O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. Org. Esther Solano Gallego. 1° ed. São Paulo, Boitempo.

MIGUEL, Luis Felipe. (2014) Feminismo e política: uma introdução. São Paulo, Boitempo.

MISKOLCI, Richard & CAMPANA, Maximiliano. (2017) Ideologia de gênero: Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Soc. estado. 32 (03) Sep-Dec. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt> Acesso em: Jul. 2022.

MOURA, Nayara Aparecida. (2018) A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). **Praça** Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 2, n. 2, pp. 62-86.

MORGANTE, Mirela Marin & NADER, Maria Beatriz. (2014) O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. Anais XVI Encontro Regional De História Da Anpuh-Rio: Saberes E Práticas Científicas, Rio De Janeiro, Anpuh-Rio. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11797261-O-patriarcado-nos-estudos-feministas-um-debate-teorico.html> Acesso em: Jul. 2022.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual / Carole Pateman; tradução Marta Avancini. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDAGOGIA DA INDIGNAÇÃO: cartas pedagógicas e outros escritos / Paulo Freire. – São Paulo: Editora UNESP, 2000. Editora afiliada: Do acervo de Ana Maria Araújo Freire.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis & MADEIRA, Rafael Machado. (2018) Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*. Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez.

RIBEIRO, Djamila. (2018) Quem tem medo do feminismo negro? 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1992) Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos,

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (2004) Gênero, patriarcado, violência. Coleção Brasil Urgente. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SHOR, Ira. Medo e Ousadia. (1986) – O Cotidiano do Professor / Ira Shor, Paulo Freire; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SOUZA, Márcio Ferreira. (2016) Teoria feminista de gênero no brasil: apontamentos sobre um debate. **Teoria e Cultura**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 11 n. 1 jan/junh.

SCALA, Jorge. (2011) Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família. Co-edição Katechesis e Artpress. São Paulo. Disponível em: <https://masculinistaopressoroficial.files.wordpress.com/2017/06/ideologia-de-gc3aanero-o-neototalitarismo-e-a-morte-da-famc3adlia-jorge-scala.pdf> Acesso em Jul. 2022.